

Lama, luto e lamento: a interseção entre política e catástrofes ambientais

Jornal da Universidade / 28 de maio de 2024

Artigo | Luís Felipe Fachini, doutorando em Ciência Política, defende a importância de uma boa gestão pública na prevenção de desastres e na redução dos impactos produzidos por eventos extremos

Foto: Flávio Dutra/JU

Observa-se na atualidade um crescente debate sobre os temas relacionados à sustentabilidade, refletindo maior notoriedade dos impactos das ações humanas no planeta. A perda da biodiversidade e a preservação dos recursos naturais e energéticos têm gerado interesse renovado em alguns setores da sociedade, impulsionando a busca por soluções mais assertivas para tais problemáticas. Nesse sentido, a sociedade civil tem presenciado o despertar tardio dos governantes em relação às excrescências climáticas no Brasil. Dentro do contexto de conservação do meio ambiente, que se tornou – ou pelo menos deveria se tornar – questão essencial nas agendas governamentais, faz-se pertinente promover uma reflexão que busque contribuir para essa pauta tão sensível e complexa às sociedades humanas.

Desde o dia 24 de abril, o Rio Grande do Sul protagoniza uma inenarrável catástrofe que se amplia em todo território estadual. São múltiplos os fatores responsáveis por instaurar essa conjuntura calamitosa e, em grande parte, as justificativas para este fenômeno estão embasadas pelas fortes chuvas que assolaram a bacia do Rio Guaíba, atingindo níveis recordes e chegando a alcançar 800 milímetros em algumas localidades, como foi destacado pelo professor Rodrigo Paiva, membro do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O supracitado contexto reverberou inúmeras consequências na região. Segundo o Governo Estadual, 446 municípios foram diretamente afetados, abrangendo cerca de 90% do território do Estado. A Agência Brasil estima que 2,2 milhões de pessoas foram impactadas, contabilizando 151 mortos e 104 desaparecidos até o 16 de maio. A Defesa Civil relatou que 615 mil pessoas estão fora de suas residências devido aos alagamentos; destas, 77 mil estão em abrigos e 538 mil amparadas por familiares, amigos ou desalojadas. Segundo o G1, o número de desabrigados supera a população de 8 capitais brasileiras.

Os danos infraestruturais ainda são imensuráveis. Segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM), até o dia 16 de maio, as cidades gaúchas contabilizaram R\$9,5 bilhões em prejuízos financeiros, englobando impactos no setor público, empresas privadas e, em sua maioria, no setor habitacional. Estima-se que até aquela data 97,3 mil residências foram danificadas e 9,2 mil destruídas, impactando diretamente 106,5 mil unidades habitacionais e ocasionando um prejuízo aproximado de R\$4,6 bilhões.

Dentro desse triste contexto, é curioso apontar que, com recorrência, a narrativa de responsabilidade construída pelas instituições em relação às crises ambientais é simplesmente reduzida a fenômenos naturais: “desastres” ocasionados pela fúria da natureza. Contudo, as causas e consequências dos referidos acontecimentos englobam elementos mais complexos do que as meras reduções discursivas comumente adotadas pelos atores institucionais.

É inquestionável que as ações humanas estão causando alterações no planeta. Dentro desse contexto, o desempenho e a eficiência das instituições representam um elemento essencial no gerenciamento de crises como as vivenciadas no RS.

Recorrentemente são observadas enchentes crônicas responsáveis por causar inúmeras consequências nas cidades. No caso do RS, a conjuntura não é diferente. Em 2023, o estado sofreu com inundações que trouxeram grandes prejuízos para a população. Em meio às tragédias anunciadas, previsíveis e patológicas, o poder público fecha os olhos ante às previsões de especialistas, facilitando a instauração de crises generalizadas em diversas regiões.

Por óbvio, as chuvas fogem do campo de escolha e do controle humano. Entretanto, existe viabilidade para tratar a situação com a devida seriedade, minimizando impactos por meio de ações que aprimorem práticas de previsibilidade e prevenção de desastres, que devem ser assimiladas pelos órgãos governamentais.

Segundo o Jornal Globo, na cidade de Porto Alegre, as bombas de sucção, responsáveis por manter a otimização do fluxo hídrico, precisavam de manutenção desde 2018. Argumentando neste sentido, o jornal Poder 360 evidencia que apenas 4 das 23 bombas funcionaram efetivamente, sendo também observado na capital o vazamento de comportas, por falta de vedação adequada, e o extravasamento de diques, a exemplo do dique Sarandi.

Todos esses fatores também são variáveis relevantes, responsáveis por viabilizar o contexto de calamidade instaurado na região. Ou seja, novamente existe a construção de uma narrativa institucional que busca responsabilizar o meio ambiente pelas catástrofes que, na realidade prática, foram ampliadas em escala pela ingerência governamental e pelo descaso com a infraestrutura urbana, negligenciando manutenções básicas e trazendo externalidades negativas para as pessoas e para a economia como um todo.

Sobre os impactos econômicos, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) aponta prejuízo de R\$1,8 bilhão para a agricultura, R\$207,8 milhões para a pecuária, R\$267,5 milhões para a indústria, R\$127,5 milhões para os comércios locais e R\$84,6 milhões para outros serviços. Esse cenário se reverbera nacionalmente, onde já se discute as possíveis crises nos preços dos alimentos, a exemplo do arroz. Além disso, uma cadeia de serviços públicos foi diretamente afetada pela conjuntura imposta ao RS, desde o abastecimento de água e luz, segurança pública, limpeza urbana, até consequências para o transporte público, a exemplo do fechamento do aeroporto e da rodoviária de Porto Alegre.

Torna-se evidente que as ações de manutenção da estrutura urbana e as práticas de prevenção de desastres reduziriam impactos e demandariam um custo financeiro extremamente inferior para sua operacionalização, quando comparado a todo ônus social, psicológico, cultural, ambiental, político e econômico inerente à reconstrução da normalidade socioinstitucional das regiões afetadas.

Portanto, toda conjuntura exposta coloca em xeque a dúvida e contraditória narrativa de responsabilização construída em cima das crises ambientais, que reduz estes problemas a meros fenômenos naturais. As alterações climáticas existem, trazendo urgência para o aprimoramento das ações políticas e sua eficácia frente a novo mundo que vem se desenhando diante dessas mudanças extremas.

É preciso ter em mente a seriedade que envolve a boa gestão governamental da infraestrutura pública, superando o atual modelo que inúmeras vezes demonstrou sua ineficiência na prevenção de desastres e na preservação das vidas humanas. Repensar a estrutura urbana das cidades é repensar a vida!

Não apenas isso: torna-se imperativo aprimorar as práticas que envolvem o processo de tomada de decisão dos gestores públicos no gerenciamento de crises ambientais, que ainda apresentam grandes dificuldades frente aos acontecimentos práticos vivenciados no exercício da política, seja no RS ou em todo Brasil. Para se ter um exemplo, a deputada estadual Bella Gonçalves afirma que se a região metropolitana de Belo Horizonte vivenciasse o mesmo cenário presenciado pelas chuvas que atingiram o RS, 63 barragens de rejeitos de mineração se romperiam simultaneamente.

As catástrofes climáticas vão além de meros desastres ambientais, exigindo uma reavaliação abrangente das cidades, da gestão pública e do papel do Estado frente a esses contextos. É fundamental que se desenvolvam políticas públicas eficazes e integradas, voltadas para a sustentabilidade e para a resiliência urbana.

A omissão estatal diante dessas crises não pode mais ser tolerada; é necessário um compromisso firme e contínuo dos governos para implementar medidas que previnam e mitiguem os efeitos das mudanças climáticas. A prioridade deve ser, acima de tudo, a proteção da vida, garantindo a segurança e o bem-estar das populações. Somente através de uma abordagem holística e coordenada pela boa política institucional será possível construir um futuro mais seguro e sustentável para todos.

Luís Felipe Fachini é doutorando em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e atuou nas assessorias técnicas de reparação das comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem do Fundão.

“As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo.”

:: Posts relacionados



Carta aos leitores | 05.06.24



Receita catastrófica: desmonte do Estado com mudanças climáticas



Para repensar a infraestrutura urbana



Sobre inundações, ou a importância do urbanismo

[View on Instagram](#)

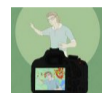
:: ÚLTIMAS



Carta aos leitores | 13.06.24



Conhecimento do português proporciona acolhimento para imigrantes que vivem no Brasil



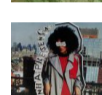
Movimento de plataformação do trabalho docente



O Direito e a prevenção de desastre ambiental



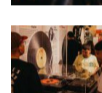
Atuação do NESA-IPH frente às inundações



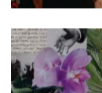
A presença negra num bairro riograndino



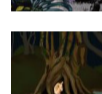
Carta aos leitores | 06.06.24



A cultura Hip Hop expressa sua coletividade em espaços que demarcam sua presença no RS



Impercepção botânica na política ambiental



Árvores podem aliviar deslizamentos e enchentes

